

**INQUÉRITO CIVIL n. 06.2020.00000719-0**

**Objeto: Morango Fora de Conformidade Resíduos de agrotóxicos. PARS**

### **TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

Pelo presente instrumento, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, por intermédio do(a) Promotor(a) de Justiça Neori Rafael Krahl, titular da 6ª Promotoria de Justiça de Lages, com atribuição para atuar na Defesa do Consumidor e o estabelecimento **Cooperativa Dom Fruto**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ: 31267880000190, localizado na BR 282, km 208, distrito de Índios, Município de Lages, Estado de Santa Catarina, CEP 88533-000, pela sua representante legal, sr. **Marcos Antonio Pilatti**, CPF 049.662.519-58, proprietária do estabelecimento, doravante denominada **COMPROMISSÁRIA**, ajustam o seguinte:

**CONSIDERANDO** que incumbe ao Ministério Público a defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis (artigo 129 da Constituição Federal), assim como a proteção dos interesses difusos, coletivos (artigo 127, inciso III, da CF e artigo 81, incisos I e II, da Lei n. 8.078/90) e individuais homogêneos (artigo 127, inciso IX da CF e artigos 81, inciso III e 82, do CDC);

**CONSIDERANDO** que o artigo 5º, inciso XXXII da CF impõe que “o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor” e que o art. 170 determina que “a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios (...) IV – defesa do consumidor”;

**CONSIDERANDO** ser direito básico do consumidor a proteção de sua vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos (artigo 6º, inciso I, do CDC);

**CONSIDERANDO** que os produtos e serviços colocados no mercado de consumo não poderão acarretar riscos à saúde ou segurança dos consumidores, exceto os considerados normais e previsíveis em decorrência de sua natureza e fruição (artigo 8º do CDC);

**CONSIDERANDO** que o fornecedor não poderá colocar no mercado de consumo produto que sabe ou deveria saber apresentar alto grau de nocividade ou periculosidade à saúde ou segurança, bem como produto em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes (artigo 10, *caput*, e artigo 39, inciso VIII, ambos do CDC);

**CONSIDERANDO** que são impróprios ao consumo os produtos nocivos à vida ou à saúde, assim como aqueles em desacordo com as normas regulamentares de fabricação, distribuição ou apresentação (artigo 18, § 6º, do CDC);

**CONSIDERANDO** que o produtor responde pela reparação de danos ocasionados aos consumidores, inclusive de caráter difuso (artigo 6º, inciso VI, do CDC), por defeito do produto (artigo 12, *caput*, do CDC);

**CONSIDERANDO** que se considera defeituoso o produto quando não oferece a segurança que dele legitimamente se espera, levando-se em consideração o uso e os riscos que lhe são inerentes (artigo 12, § 1º, inciso II, do CDC);

**CONSIDERANDO** a existência do **Programa Alimento sem Risco** no âmbito do Ministério Público, que conta com a parceria das Secretarias de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura, da Saúde, do Desenvolvimento Econômico Sustentável, da Segurança Pública, do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente; do Ministério da Agricultura e do Abastecimento; da Superintendência do IBAMA em Santa Catarina; do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia em Santa Catarina; da Procuradoria Regional do Trabalho em Santa Catarina; e do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural de Santa Catarina (Termo de Cooperação Técnica n. 19/2010), cujo objetivo é estabelecer estratégias de atuação integradas, para coibir o uso indevido de agrotóxicos, fortalecer a economia agrícola e garantir o direito básico à saúde de agricultores, dos consumidores e da sociedade em geral, bem como o direito a um meio ambiente sadio e equilibrado;

**CONSIDERANDO** que o consumo de alimentos com resíduos de agrotóxicos proibidos e/ou não autorizados e/ou em quantidade superior aos níveis de tolerância permitidos é potencialmente nocivo à vida e à saúde dos consumidores;

**CONSIDERANDO** que, por meio do Parecer Técnico Interpretativo n. 2020.012, elaborado pelo CIDASC, com base no Relatório de Ensaio da amostra analisada por Agrosafety Monitoramento Agrícola, tomou-se conhecimento de que foram encontradas nas amostras de morango coletadas no estabelecimento **Cooperativa Dom Fruto**, a presença de resíduos de agrotóxicos de uso não autorizado para referida cultura

(NA) e de ingrediente ativo de uso proibido no Brasil, portanto, em desconformidade, conforme avaliações toxicológicas do Ministério da Saúde e consoante a legislação pertinente;

**CONSIDERANDO** que a conduta praticada gera risco de lesão a toda a coletividade, consumidores efetivos e potenciais de gêneros alimentícios, bem como da saúde pública, exposta ao perigo da inserção no mercado de produtos impróprios ao consumo;

### **RESOLVEM**

Firmar o presente **Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta – TAC** com fulcro no § 6º do artigo 5º da Lei Federal n. 7.347/85, para impedir a comercialização, no âmbito do estabelecimento do COMPROMISSÁRIO, de alimentos com resíduos de agrotóxicos em desacordo com a legislação – uso proibido, uso não autorizado –, e contribuir para a implementação do **rastreamento/identificação** da origem do cultivo agrícola, visando identificar o responsável pela produção, e para o **monitoramento** da qualidade dos produtos, fixando sua efetividade nas seguintes cláusulas e respectivas sanções:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA: DIREITO À INFORMAÇÃO**

Art. 1º. O **COMPROMISSÁRIO** assume, no prazo máximo de 90 (cento e oitenta) dias após a assinatura do presente termo, a obrigação de observar a legislação de regência para não expor à venda nem comercializar frutas, legumes, verduras, cereais e vegetais sem a rotulagem **no próprio alimento OU em qualquer forma de recipiente de transporte ou de exposição ao consumidor com fins comerciais**, tais como: caixas, embalagens, sacos, prateleiras, refrigeradores, gôndolas, expositores em geral, etiquetas, com as seguintes informações mínimas:

- a) identificação do produto;
- b) nome do produtor;

- c) data da embalagem ou número do lote;
- d) registro do produtor (Inscrição Estadual, CNPJ ou CPF) ou código de barras normal ou bidimensional que o substitua, se houver;
- e) Município/UF do produtor.

Parágrafo 1º. A identificação, portanto, deve ser clara e precisa ao consumidor final, a fim de garantir acesso à origem do produto que o estabelecimento comercial disponibiliza, além de possibilitar a responsabilidade do produtor agrícola por eventual irregularidade na qualidade deste produto.

**Parágrafo único.** A comprovação destas obrigações deverá ocorrer em **até 5 (cinco) dias após o decurso do prazo previsto no Artigo 1º da Cláusula Primeira, por meio de documentos que comprovem o adimplemento integral da obrigação assumida, seja por meio de mídia, tais como dvd's, fotos, vídeos, e/ou petição/documento encaminhados diretamente a esta Promotoria de Justiça ou pelo e-mail: lages06pj@mpsc.mp.br**, sob pena de incidir na multa pelo descumprimento, prevista na cláusula sexta, artigo 1º.

## **CLÁUSULA SEGUNDA: PREVENÇÃO**

Art. 1º. A **COMPROMISSÁRIA** assume a obrigação de fomentar, ante a vigência do princípio da boa-fé nas relações comerciais e consumeristas, a adoção de boas práticas agrícolas pelos produtores/fornecedores de frutas, legumes, verduras e cereais, como medida eficaz para prevenir riscos à saúde dos consumidores, dos trabalhadores e ao meio ambiente.

## **CLÁUSULA TERCEIRA: MEDIDA COMPENSATÓRIA**

Art. 1º. Pela realização das perícias em relação aos alimentos analisados, a **COMPROMISSÁRIA** assume a obrigação de pagar, no prazo de até o dia 30 (trinta) deste mês, ao Fundo para a Reconstituição de Bens Lesados do Estado de Santa Catarina (FRBL), CNPJ 76.276.849/0001-54, criado pela Lei Estadual n. 15.694/2011, mediante boleto bancário enviado por e-mail, **a medida**

**compensatória de R\$ 330,00** (trezentos e trinta reais) – correspondente ao custo de uma análise laboratorial, em parcela única, com data de vencimento para o dia 20/06/2020;

#### **CLÁUSULA QUARTA: MEDIDA INDENIZATÓRIA**

**Art. 1º. A COMPROMISSÁRIA**, como medida de compensação indenizatória pelos danos provocados aos direitos difusos e individuais homogêneos tutelados pelo presente instrumento, pagará, ao Fundo de Reconstituição de Bens Lesados do Estado de Santa Catarina (FRBL), CNPJ n. 76.276.849/0001-54, criado pela Lei Estadual n. 15.694/2011, mediante boleto bancário emitido por esta Promotoria de Justiça e enviado ao e-mail [vinicius@brandalisepitrez.com.br](mailto:vinicius@brandalisepitrez.com.br) , no valor de R\$ 1.045,00 (mil e quinhentos reais), com vencimento em 20/07/2020.

#### **CLÁUSULA QUINTA: COMPROVAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS**

**Art. 1º.** A comprovação das obrigações de fazer, não fazer, e de dar deverão ocorrer em até 5 (cinco) dias após o cumprimento/pagamento, por meio da apresentação de comprovante de quitação integral e dentro do prazo estipulado a esta Promotoria de Justiça, pessoalmente ou, pelo e-mail: [lages06pj@mpsc.mp.br](mailto:lages06pj@mpsc.mp.br).

#### **CLÁUSULA SEXTA: CLÁUSULA PENAL**

**Art. 1º.** Pelo descumprimento de quaisquer das obrigações ora assumidas, a **COMPROMISSÁRIA** pagará ao FRBL, mediante boleto a ser emitido por esta Promotoria de Justiça, o valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

#### **CLÁUSULA SÉTIMA: REINCIDÊNCIA**

**Art. 1º.** A multa cominatória fixada na Cláusula Quarta é cumulativa e incidirá tantas vezes quantas forem as obrigações descumpridas.

**CLÁUSULA OITAVA: COMPROMISSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

Art. 1º. O **MINISTÉRIO PÚBLICO** se compromete a não adotar qualquer medida judicial de cunho civil contra a **COMPROMISSÁRIA** no que diz respeito aos itens acordados, caso este ajustamento de conduta seja integralmente cumprido.

**CLÁUSULA NONA: FORO**

Art. 1º. As partes elegem o foro da Comarca de Lages para dirimir eventuais controvérsias decorrentes do presente TAC.

Assim, justos e acertados, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, firmam as partes o presente termo de compromisso em 2 (duas) vias de igual teor, com eficácia de título executivo extrajudicial, cujas cláusulas têm aplicação imediata, a despeito da remessa posterior ao Conselho Superior do Ministério Público, para homologação.

Lages, 01 de junho de 2020.

**NEORI RAFAEL KRAHL**  
**PROMOTOR DE JUSTIÇA**

**Marcos Paulo Pilatti**  
**COOPERATIVA DOM FRUTO**